



Salário mínimo

R\$ 998

Dólar
Na terça-feira

R\$ 3,668
(▼ 0,14%)

Dólar
Últimas cotações (em R\$)

28/janeiro	3,764
29/janeiro	3,721
30/janeiro	3,708
31/janeiro	3,656
1º/fevereiro	3,662

Euro
Comercial, venda na terça-feira

R\$ 4,186

Capital de giro
Na terça-feira

20%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)

6,1%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Agosto/2018	0,09
Setembro/2018	0,48
Outubro/2018	0,45
Novembro/2018	-0,21
Dezembro/2018	0,15

Agenda prevê abertura comercial e competição

» SIMONE KAFRUNI
» ROSANA HESSEL
» HAMILTON FERRARI

A abertura comercial do Brasil e o fim de monopólios, oligopólios e cartéis para promoção de livre concorrência são alguns dos principais objetivos da equipe econômica do governo Bolsonaro. Foi o que indicaram ontem, durante o seminário *Correio Debate: Desafios da Economia 2019*, os secretários de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, Marcos Troyjo, e de Produtividade, Emprego e Competitividade, Carlos Alexandre da Costa.

Troyjo explicou que o atual governo pretende abrir frentes negociadoras e derrubar barreiras tarifárias, simplificar processos, promover queda de impostos e expor setores brasileiros à concorrência com objetivo de ampliar o comércio exterior. "A economia vai se abrir. Será muito mais integrada. Mas não vamos fazer isso de forma irresponsável e, sim, com sintonia e sincronia", garantiu.

Costa destacou que é preciso fortalecer mercados competitivos. "Em vários setores, ainda temos monopólios, oligopólios, cartéis, barreiras à entrada de concorrentes. E não falo só de competidores externos, mas, também, de internos. Novas empresas não conseguem crescer porque alguns setores, como gás, petroquímico, bancário, têm índices de concentração e baixa competitividade", disse. "Vamos atuar para que os mercados se desenvolvam, com segurança jurídica e previsibilidade", acrescentou.

Troyjo explicou que os países que promoveram milagres econômicos nos últimos 70 anos — Alemanha, Japão, Chile, China, Espanha, Cingapura e Coreia do Sul — mudaram de patamar com base nas relações internacionais. "Essas nações usaram o comércio exterior como trampolim e, hoje, têm significativa parcela do seu PIB (Produto Interno Bruto) representada pela soma de exportações e importações", destacou.

Enquanto isso, comparou, outros países permaneceram "ensimesmados". Segundo ele, a fatia que o Brasil ocupa em todo o comércio internacional é pequena, oscila entre 1% e 1,3% de tudo o que se compra e vende no mundo. "O Brasil é fechado por barreiras tarifárias, regras e burocracia. Vamos abrir o país nos próximos quatro anos", prometeu.

O secretário destacou que o Brasil precisa retomar o foco nas relações com os Estados Unidos e lembrou a disputa comercial entre os norte-americanos e a China, duas potências mundiais. "Na atual conjuntura, não podemos

deixar de levar em consideração nossas relações comerciais com nossos principais parceiros", disse. Porém, Troyjo destacou que mercados como o Sudeste Asiático e o Mercosul não podem ser ignorados. "Precisamos nos estruturar para uma maior competição em nível global."

O Brasil, apesar de estar entre as 10 maiores economias do planeta, não está entre os 10 maiores exportadores, ranking no qual ocupa apenas o 25º lugar, alertou o presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro. "O Brasil não é competitivo. Sempre digo que é um país exportador de peso, no duplo sentido. De peso, pesado, não em termos de importância", lamentou.

O presidente da AEB defendeu as reformas estruturais e um novo posicionamento no cenário internacional, com mais agilidade em acordos bilaterais "que tragam vantagens". Ele destacou que as exportações brasileiras são puxadas pelas commodities, que possuem baixo valor agregado, e crescem mais em quantidade do que em valor.

Deficit em manufaturados

Apesar de o Brasil ter registrado superavit recorde de mais de US\$ 100 bilhões na balança comercial, a exportação de produtos de maior valor agregado perdeu participação no comércio exterior, de acordo com o presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro. O índice, que já chegou a 59,07% dos valores embarcados em 2000, ficou em 36,1% no ano passado. Na balança comercial de manufaturados, o deficit foi de US\$ 67,7 bilhões em 2018. "Esse é nosso pesadelo. O futuro do Brasil é o passado. Quero voltar ao passado, porque o presente é péssimo", ironizou Castro.

Carlos Vieira/CB/D.A Press



Segundo K Troyjo, governo vai derrubar barreiras à concorrência em setores como gás, petroquímico e bancário

Apex só terá concursados

A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil) pretende economizar R\$ 4,5 milhões por ano com a renovação do quadro funcional. Para isso, está promovendo a troca de 50 funcionários de cargos comissionados por concursados que passaram no certame realizado no fim do ano passado. Do total, 30 já foram substituídos. Até março, todas as indicações políticas terão deixado a Apex, garantiu o diretor de Gestão Corporativa da agência, Márcio Coimbra, que participou ontem do *Correio Debate: Desafios da Economia 2019*.

Coimbra disse que está atendendo a recomendação do Tribunal de Contas da União. "Estou tirando quem é apadrinhado político. A Apex não terá ideologia. Cargo em comissão só para dire-

tores, gerentes e coordenadores", afirmou. "As pessoas que exercem cargos técnicos têm de dar espaço para os concursados."

Segundo o diretor, o país terá uma nova postura na promoção de exportações e na atração de investimentos. "Vamos ampliar a presença do Brasil no exterior. Isso passa por uma agência de promoção mais robusta e eficiente", ressaltou. Coimbra assinalou que a agenda de privatização do novo governo passa pela atração de investimento estrangeiro. "Nós fazemos apoio à internacionalização das empresas brasileiras, para que elas ganhem mercados. Mas também buscamos investimentos estrangeiros no país", disse.

Em 2018, a Apex garantiu US\$ 49,6 bilhões em exportações e também fez 283 atendimentos para investimento estrangeiro

no Brasil, que somaram US\$ 5,7 bilhões. A agência tem apenas nove escritórios no exterior, mas opera em todas as departamentos comerciais do Itamaraty, portanto, está presente em 105 localidades no mundo.

Há um mês na diretoria da Apex, Coimbra ressaltou que o órgão precisa de gestão eficiente. "Para abrir os mercados e conseguir mais investimentos, começamos com ações internas, além da composição de um corpo técnico perene, de concursados. Criamos uma gerência de governança e compliance, para maior controle do dinheiro público e evitar desvios", explicou. O diretor também afirmou que reestruturará os escritórios no exterior. "Vamos ter maior integração com o Itamaraty e os departamentos comerciais", assinalou. (SK e RH)

Infraestrutura dinamiza o PIB

» OTÁVIO AUGUSTO

O investimento em infraestrutura pode ser uma força de tração na economia brasileira. Para se ter dimensão do potencial do setor, se as 4,7 mil obras públicas que estão paradas fossem retomadas, o país adicionaria 1,8% ao Produto Interno Bruto (PIB), segundo estimativa da Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil (Cbic). Ontem, durante o seminário *Correio Debate: Desafios da Economia em 2019*, analistas destacaram que o mercado precisa de segurança jurídica e uma cooperação mútua entre empresários e governo para destravar o investimento.

A construção civil, um dos se-

tores que mais empregam no país, não voltará a crescer enquanto o empresário não voltar a ter segurança de que as regras não vão mudar no meio do processo, explicou o presidente da Cbic, José Carlos Martins. Ele destacou que o segmento já empregou 3,4 milhões de pessoas e, hoje, conta com 2 milhões. "Sem previsibilidade, não se consegue precificar o risco. O governo não consegue investir, porque ainda precisa fazer um ajuste fiscal mais estrutural. O setor privado poderia ocupar esse espaço se os marcos regulatórios forem mais claros", resumiu.

Para modernizar a infraestrutura do país são necessários 3% do PIB. "Mas o país não investe metade disso. Não é à toa

que viaduto cai, pois não se prioriza o mínimo para a manutenção do que já existe. Nos últimos anos, o setor público perdeu a capacidade de investir. É indiscutível que, se não houver uma parceria dos setores público e privado, não haverá investimento", observou.

Demanda reprimida

Cláudio Porto, presidente da Macroplan, destacou a necessidade de pensar a médio e a longo prazos. "Na nossa cultura, estamos preocupados com a obra nova, com a inauguração. Temos demanda reprimida imensa. Temos capacidade técnica, aqui ou que pode ser trazida de fora. Além disso, temos escala.

São demandas de grande magnitude", afirmou.

Um dos setores mais otimistas é o de transportes. Fernando Paes, diretor executivo da Associação Nacional de Transportes Ferroviários (ANTF) vê uma janela de possibilidades com o novo governo. "Estamos discutindo muito isso agora, mas esse foi o primeiro setor a ser desestatizado pelo governo do (ex-presidente) Fernando Henrique Cardoso", lembrou. "A quantidade de carga, as distâncias e os investimentos tiveram acréscimos importantes nos últimos anos. Muita gente associa as ferrovias a transporte de minério, que é a maior parcela, mas crescemos, por exemplo, no carregamento de grãos", explicou.

Minervino Junior/CB/D.A Press



Fernando Paes, da ANTF: novo governo abre oportunidades no setor

CB.PODER



Presidente do Sindicombustíveis-DF, Tavares diz que estatal é responsável pela variação dos valores nas bombas

Petrobras comanda preços

» GABRIELA TUNES*

O presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis do Distrito Federal (Sindicombustíveis-DF), Paulo Tavares, responsabilizou a política adotada atualmente pela Petrobras, que segue a variação do dólar, pela grande variação de preços encontrada pelo consumidor nos postos. Em entrevista ao programa *CB.Poder*, parceria da TV Brasília e do *Correio Braziliense*, ele afirmou que essa política é a principal responsável pelo aumento ou queda nos preços.

"É uma junção de fatores. Devemos levar em conta a política da Petrobras e o dólar. Hoje, com a queda do dólar, o preço do combustível caiu. Houve

realmente uma queda expressiva", disse. Para ele, a prática de cartel (combinação de preço entre os postos) deve ser investigada e punida sempre, mas ele argumenta que ainda há confusão entre os consumidores sobre o que gera os aumentos constantes.

Segundo Tavares, a população tem, de maneira geral, uma visão negativa dos postos de gasolina. "Distribuição é uma coisa — são cinco ou seis distribuidores —, e revenda, que cabe a cerca de 320 postos, é outra. Esses dois juntos representam 15% do preço da bomba. A margem de variação de preço é muito pequena", argumentou.

De acordo com o presidente do Sindicombustíveis, a situa-

ção dos estabelecimentos é preocupante, com os revendedores sendo obrigados a buscar outras fontes de recursos, como lava-jatos, lojas de conveniência e hamburguerias. "Ninguém está conseguindo sobreviver só com combustível. O investimento é alto", destacou.

Outra estratégia dos empresários tem sido abrir mão das bandeiras, o que ajuda a reduzir o preço, mesmo que isso represente uma diminuição da qualidade do produto vendido. "Em Brasília, muitos postos perderam a bandeira, já que isso reduz o custo dele e ele pode fazer um preço melhor."

* Estagiária sob supervisão de Humberto Rezende

